

Na sessão legislativa que encerra hoje o Senado comandou os debates

Das duas conchas que compõe a arquitetura do Palácio do Congresso, uma virada para cima e indicando o plenário da Câmara e a outra emborcada e indicando o plenário do Senado, a que abrigou fatos de maior importância política durante o período de sessões que hoje se encerra às onze horas foi a concha emborcada do Senado.

Sem incluir os assuntos do cotidiano dos estados levados pelos representantes de cada região, o Senado se viu dominado neste ano também pelos temas institucionais e da atualidade econômica, tendo servido até de base para o lançamento da candidatura do sr. Magalhães Pinto à Presidência da República.

Foi depois das primeiras cassações do ano — as dos deputados Marcelo Gato e Fabiano Sobrinho, ambos do MDB de São Paulo, que ganharam maior dimensão as propostas com vistas à conciliação e ao entendimento. Os srs. Teotonio Vilela (Arena-AL) e Amaral Peixoto (MDB-RJ), por exemplo, propuseram uma aliança entre os dois partidos com vistas à reconstitucionalização do País.

A vitória da Oposição em 1974 fez crescer sua bancada no Senado, contribuindo para a melhoria do nível da representação, e forçando uma atuação menos cômoda da bancada arenista, logrou como consequência maior a transformação daquela Casa numa espécie de grande caixa de ressonância das diversas correntes da opinião pública nacional.

Recorda-se, de início, que o sr. Marcos Freire (MDB-PE) ao retornar ao País, vindo da ONU, ao mesmo tempo em que criticou o AI-5 propôs um entendimento entre Governo e Oposição para a restauração do regime constitucional. Chegou mesmo a sugerir que os dois partidos buscassem um modelo de regime constitucional capaz de garantir os direitos e garantias individuais, a segurança do Estado e das suas instituições.

Admitiu para isso a criação de medidas adequadas no texto constitucional capazes de garantir a estabilidade das instituições e propôs que o modelo constitucional resultante do entendimento entre as duas agremiações fosse encampado pelo Senado Federal, que tomaria a iniciativa de submetê-lo à consideração do Governo.

Afirmara o sr. Marcos Freire ser este um Congresso tolerado, tolhido, tutelado.

A resposta do Governo foi dada no dia seguinte pelo Senador José Sarney (Arena-MA), por autorização da liderança da maioria. O senador maranhense repeliu, em nome do Governo as críticas formuladas pelo Senador Marcos Freire ao regime

vigente, argumentando que o Presidente da República tomara a iniciativa de lançar um programa de desenvolvimento integrado em pleno curso — abrangendo os setores político, econômico e social.

Sustentou, ainda, que, no aperfeiçoamento do regime, no qual estava empenhado o Governo e a Revolução, “dever-se evitar o mero formalismo”. Classificou de elitista o discurso do Senador Marcos Freire e disse que “o nosso compromisso é um compromisso firme com as instituições democráticas”, advertindo que aquele processo de aperfeiçoamento se acha em pleno curso.

O Governo continua firme no desenvolvimento político. Esta é uma determinação, uma meta a prosseguir, e a fórmula de conciliação entre desenvolvimento e segurança, liberdade e democracia, será encontrada. Neste aspecto, devo lançar um apelo ao MDB, para que ele não seja um teclão das intrigas, a pretexto da vida institucional, pois esta conduta, certamente, não tem ajudado, não vai ajudar e prejudicará a ajuda — disse o sr. José Sarney.

Da parte da Arena, o Senador Teotônio Vilela encarregava-se de prosseguir em sua análise crítica a respeito dos diversos aspectos da realidade político-institucional, discordando da linha de orientação adotada pela liderança da maioria. O senador alagoano não só preconizou o entendimento entre os dois partidos, como aceitou a proposta para que o Senado tomasse a iniciativa de encampar o modelo político resultante do acordo entre a Arena e o MDB.

O capítulo dos direitos e garantias individuais suscitou acalorados debates entre os líderes da maioria e da minoria do Senado, srs. Petrólio Portela e Franco Montoro, assim como entre o líder governista na Casa e o Senador oposicionista gaúcho Paulo Brossard.

As cassações dos deputados Nadir Rossetti e Amaury Muller, assim como, posteriormente, do deputado Lisanés Maciel (MDB-RJ), também serviram para colocar em confronto os líderes das duas bancadas.

O plenário do Senado foi palco da grande discussão em torno de temas político-institucionais. Os senadores Paulo Brossard, Marcos Freire, Danton Jobim, Franco Montoro e Itamar Franco, entre outros, insistiram na necessidade de restauração de um regime de liberdade democrática, admitindo maior ou menor grau e medidas necessárias à segurança do Estado e das instituições.

Pela Arena, os senadores Petrólio Portella, Eunício Rezende, Jarbas Pascoalino, José Lindoso, Jo-

sé Sarney e Virgílio Tavares se encarregaram de reafirmar os compromissos da Revolução e do Governo com os princípios democráticos que motivaram a eclosão do movimento de 1964 e defendiam a necessidade de um aperfeiçoamento gradual, lento e firme de nossas instituições — projeto em que se engajava o Governo do Presidente Ernesto Geisel.

Destaram da liderança reivindicando radicais transformações os senadores Dinarte Mariz (Arena-RN) e Teotonio Vilela. O primeiro preconizando a implantação de um Estado unitário, através de uma nova Constituição a ser votada pelo atual Congresso, que seria transformada em Assembleia Constituinte por ato revolucionário.

O segundo sustentando as teses que marcaram sua estratégia na sessão legislativa do ano passado, isto é, a elaboração de uma reforma constitucional, como produto da conciliação e do entendimento entre os dois partidos, admitindo concessões de parte a parte, ou seja, uma tentativa de compatibilizar a segurança nacional e os direitos de cada cidadão.

A Oposição explorou fartamente abusos de altos funcionários governamentais na manutenção de residências e mordomias oficiais, sobretudo através de discursos prounciados pelos senadores Paulo Brossard, Franco Montoro, Itamar Franco, Orestes Quercia, Laízar Barbosa, Roberto Saturnino, entre outros.

O Governo admitiu abusos, mas acusou a Oposição de tentar explorar, demagogicamente, em seu proveito eleitoral, uma irregularidade que já estava sendo sanada através de medida administrativa. Com efeito, o líder da maioria, sr. Petrólio Portela, encarregou-se de dar por encerrado o episódio, lendo a nota oficial em que o Governo estabelecia tetos de rendimentos para altos funcionários e limitava a Ministros os gastos com as mordomias.

A política econômica financeira foi outro grande destaque no debate de plenário e das comissões técnicas do Senado, du-

rante a sessão legislativa que se encerrou. As principais figuras da Oposição se encarregaram de fazer a crítica da política econômico-financeira do Governo, antevendo o agravamento da crise em função do modelo escolhido pela Revolução e não em razão do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional.

Entre outros, sustentaram a crítica oposicionista a aspectos da política econômico-financeira os senadores Roberto Saturnino, Paulo Brossard, Franco Montoro, Itamar Franco, entre outros. O senador Roberto Saturnino, em mais de uma oportunidade, reclamou uma radical alteração no modelo econômico adotado pela Revolução de 1964, o senador Roberto Saturnino foi contestado, em nome do Governo, pelo senador Virgílio Tavares, vice-líder arenista na Casa. O senador Virgílio Tavares acentuou que o Governo não abandonava o modelo econômico, porque o considerava plenamente válido e favorável aos interesses do País.

Assinalou o sr. Virgílio Tavares que o Governo não poderia modificar o modelo, inclusive por falta de alternativa válida e realista. Em todas as críticas formuladas pela Oposição, o senador Virgílio Tavares identificava irrealismo e falta de conhecimento da realidade econômica brasileira e internacional.

O debate econômico produziu cenas pitorescas, como aquelas provocadas pelo discurso do Senador oposicionista Agenor Maria do Rio Grande do Norte. Com sacos de feijão, farinha e arroz, o senador potiguar mostrou a grande diferença existente entre os dados estatísticos apresentados pelo Governo e a realidade com que se defrontavam diariamente os produtores rurais cada vez mais submetidos a preços incompatíveis com seu esforço de produção — e a massa de consumidores, explorada por uma comercialização desfeituosa e monopolista.

O senador Gilvan Rocha, como médico fez uma profunda análise da saúde política, econômica e social do Brasil.